

O voto consciente vai mudar o Brasil: proposta da Federação defende mudanças no sistema eleitoral



O voto só seria permitido a partir dos 35 anos. Pessoas analfabetas não poderiam participar das eleições. Aqueles que recebem programas sociais ou algum tipo de auxílio do governo ficariam impedidos de votar. E indivíduos condenados por crimes também perderiam o direito. **p2**

SEGURANÇA

Militares e agentes de segurança pública e privada para salvar o Brasil militares faça sua escolha **p3**



INVESTIGAÇÃO

Vorcaro prestava contas a Alexandre de Moraes para tentar salvar o Banco Master no dia em que foi preso **p4**



JUSTIÇA ELEITORAL

Corrupção na política: mais de 600 políticos no Brasil já perderam mandato por irregularidades eleitorais **p8**



O Voto consciente vai mudar o Brasil: Proposta da Federação defende mudanças no sistema eleitoral

Reprodução



O voto só seria permitido a partir dos 35 anos. Pessoas analfabetas não poderiam participar das eleições. Aqueles que recebem programas sociais ou algum tipo de auxílio do governo ficariam impedidos de votar. E indivíduos condenados por crimes também não teriam mais direito ao voto.

A Federação das Forças Armadas e Forças de Segurança Pública e Privada apresentou uma proposta de reformulação do sistema eleitoral brasileiro sob o lema "O voto consciente vai mudar o Brasil". A iniciativa propõe alterações profundas nas regras de participação eleitoral,

com o objetivo declarado de fortalecer a responsabilidade cívica e vincular o direito ao voto à contribuição produtiva do cidadão à nação.

Segundo o documento divulgado pela entidade, o projeto parte do princípio de que o trabalho e a produção devem ser pilares da cidadania ativa. Assim, o direito ao voto seria restrito a cidadãos que produzem e ajudam a nação. Dentro dessa lógica, o texto estabelece que pessoas analfabetas e cidadãos com menos de 35 anos não poderiam votar. Além disso, quem possui condenação judicial também ficaria impedido de participar das eleições. Outra mudança

prevista seria a transferência do exercício do voto para associações de classe, como conselhos profissionais, a exemplo do CRM, da OAB e de outras entidades representativas.

A Federação sustenta que a proposta busca combater o que chama de "cultura do ócio" e incentivar uma sociedade fundamentada no trabalho, na responsabilidade e na contribuição efetiva ao desenvolvimento nacional.

CONTEXTO CONSTITUCIONAL

Atualmente, a Constituição Federal de 1988 garante o voto como direito universal aos cidadãos maiores de 16 anos, sendo obrigatório entre 18 e 70 anos,

com algumas exceções previstas em lei. A proposta apresentada pela Federação prevê alterar esses critérios por meio de uma mudança constitucional.

Especialistas em direito eleitoral ressaltam que modificações dessa natureza poderiam impactar diretamente princípios constitucionais como igualdade, cidadania e sufrágio universal.

DEBATE PÚBLICO

A proposta tem potencial para gerar intensos debates em diferentes setores da sociedade. Seus defensores afirmam que ela poderia estimular maior responsabilidade política e engajamento pro-

duativo. Já os críticos argumentam que as restrições sugeridas representariam limitações de direitos, além de questionarem os critérios utilizados para definir quem "produz" ou "contribui" para a nação.

A Federação informou que pretende abrir diálogo com entidades de classe, lideranças institucionais e representantes da sociedade civil para aprofundar a discussão. O tema reacende uma reflexão histórica sobre os critérios de participação política no Brasil e coloca em pauta o equilíbrio entre direitos individuais e deveres cívicos na construção de um país mais consciente e participativo.



FEDERACAO DAS ENTIDADES ASSOCIATIVAS DAS FORÇAS ARMADAS, FORÇAS AUXILIARES, AGENTES PRISIONAIS E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO BRASIL
CNPJ 07.632.674/0001-58

IMPRESSÃO: A. A. DOS SANTOS CNPJ 10.568.771/0001-33

JORNALISTA RESPONSÁVEL E PRESIDENTE EVANDRO CESARIO DRT GO 1452 JP
CORREGEDOR GERAL DE BRIG. HUMANITÁRIO C.M.H.E. - DENIZ ROGÉRIO LEME

PRODUÇÃO GRÁFICA E INTERNET: ARANTECNOLOGIA.COM.BR

Militares e agentes de segurança pública e privada para salvar o Brasil militares faça sua escolha

Reprodução



Segurança pública em alerta: profissionais devem observar posições dos candidatos

Militares, policiais, guardas municipais, policiais penais e profissionais da segurança privada devem acompanhar com atenção o debate político nacional. Em diferentes setores da política brasileira existem propostas

que defendem mudanças profundas no modelo de segurança pública e no funcionamento das instituições policiais.

Para muitos profissionais da área, algumas dessas propostas podem gerar incertezas sobre o futuro das corporações, da valorização profissional e das políticas de combate ao crime.

Diante desse cenário, a Federação das Entidades Associativas das Forças Armadas, Forças Auxiliares, Agentes Prisionais e Funcionários Públicos do Brasil tem incentivado os servidores da segurança pública e privada a analisarem

cuidadosamente as posições e os programas de governo dos candidatos que disputarão os próximos processos eleitorais.

Segundo representantes da federação, o voto consciente é um instrumento fundamental da democracia e deve ser exercido com responsabilidade, levando em consideração propostas relacionadas à segurança pública, à valorização dos profissionais da área e à estabilidade das instituições.

No debate político atual, alguns nomes são frequentemente mencionados por setores que defendem políticas de

fortalecimento das forças de segurança, entre eles: Ronaldo Caiado, Ratinho Júnior, Flávio Bolsonaro e Romeu Zema.

A federação destaca que a participação dos profissionais da segurança no processo democrático é essencial para garantir que as decisões políticas considerem a realidade das corporações e a necessidade de políticas públicas eficazes para a proteção da sociedade.

MENSAGEM FINAL DA FEDERAÇÃO:

A orientação é que cada profissional estude as propostas, participe do debate público e exerça seu direito ao voto com consciência, pensando no futuro da segurança pública e na proteção do povo brasileiro e não vote na esquerda de maneira nenhuma essa é nossa recomendação.

Vorcaro prestava contas a Alexandre de Moraes para tentar salvar o Master no dia em que foi preso

Reprodução



Mensagens extraídas do celular do banqueiro Daniel Vorcaro indicam que ele manteve contato ao longo de todo o dia 17 de novembro de 2025 com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), poucas horas antes de ser preso pela Polícia Federal ao tentar deixar o país durante o cumprimento da primeira fase da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal.

Os registros obtidos pela investigação mostram que o empresário fazia uma espécie de prestação de contas ao magistrado sobre as negociações para tentar salvar o Banco Master, enquanto acompanhava o avanço das investigações contra ele.

De acordo com uma apuração do jornal O Globo, divulgada nesta sexta-feira (6), a partir de mensagens obtidas pela jornalista Malu Gaspar e também publicadas, as conversas ocorreram entre 7h19 e 20h48, pouco antes da abordagem policial no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos.

Vorcaro relatou a Moraes como seria a suposta negociação do Banco Master a um grupo de investidores árabes por meio da Fictor Holding, que recentemente pediu recuperação judicial, decorrente de prejuízos de imagem por envolvimento com o banco.

Ao jornal O Globo, a defe-

sa de Vorcaro não quis se pronunciar. Já à Gazeta do Povo, a assessoria do banqueiro disse que solicitou ao STF a instauração de uma investigação para “apurar a origem dos sucessivos vazamentos de informações sigilosas provenientes dos telefones celulares apreendidos no curso da investigação”.

“A defesa ressalta que o objetivo do pedido não é investigar jornalistas ou terceiros que eventualmente tenham recebido informações, mas apurar quem, tendo o dever legal de custodiar o material sigiloso, pode ter violado esse dever”, completou.

Na quinta-feira (5), de acordo com a apuração de O Globo, o gabinete de Moraes informou que o magistrado “não recebeu essas mensagens referidas na matéria. Trata-se de ilação mentirosa no sentido de, novamente, atacar o Supremo Tribunal Federal”.

O gabinete do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), informou nesta sexta-feira (6) que uma análise técnica realizada nos dados telemáticos do empresário Daniel Vorcaro — tornados públicos pela CPMI do INSS — concluiu que as mensagens de visualização única enviadas por ele em 17 de novembro de 2025 não foram direcionadas ao ministro.

Segundo a nota divulgada pela Secretaria de Comunicação do STF, a verificação nos

arquivos apreendidos indica que essas mensagens não correspondem aos contatos telefônicos de Moraes registrados no material analisado.

De acordo com o comunicado, os prints das mensagens encontrados no celular de Vorcaro aparecem associados a pastas de outros contatos presentes em sua lista telefônica. Nos arquivos extraídos pelos investigadores, tanto a mensagem quanto o contato correspondente estão armazenados na mesma pasta do computador de quem fez os registros, no caso, o próprio Vorcaro, o que indicaria que o conteúdo estava ligado a outras pessoas, e não ao ministro do STF.

A nota acrescenta que os nomes dos contatos não foram divulgados porque estão sob sigilo decretado pelo ministro André Mendonça, embora constem nos arquivos disponibilizados pela CPMI do INSS à imprensa.

Já a Polícia Federal afirmou que conduz todas as suas investigações seguindo rigorosos padrões de segurança no tratamento de informações, com respeito aos direitos fundamentais, como a privacidade e a intimidade.

Segundo a instituição, nenhum relatório ou representação apresentados no âmbito da Operação Compliance Zero incluiu dados que não fossem relevantes para o an-

damento das investigações, e não foram inseridas informações relacionadas à vida privada dos investigados.

A corporação também declarou que não compete à PF editar ou selecionar conversas e dados extraídos de equipamentos apreendidos, pois isso poderia violar o direito ao contraditório e à ampla defesa.

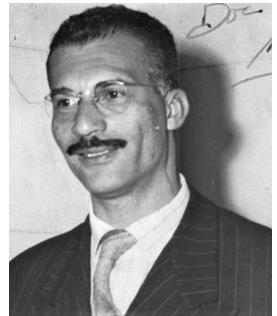
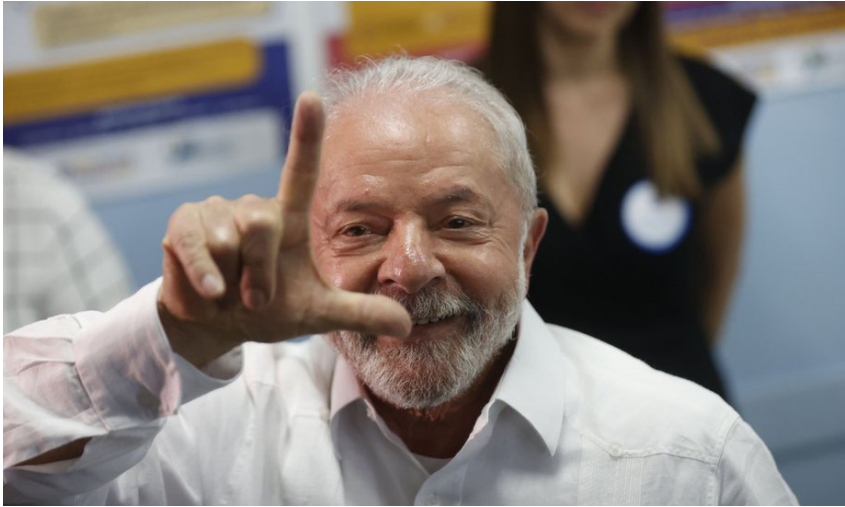
Os materiais da operação estão sob custódia da Polícia

Federal desde novembro de 2025 e da Procuradoria-Geral da República desde janeiro de 2026, tendo sido posteriormente disponibilizados à defesa e à CPMI do INSS por decisões judiciais.

Por orientação do diretor-geral, a equipe responsável ainda pediu ao relator do caso a abertura de apuração sobre o vazamento de informações sigilosas.

De 1964 a 2026: nunca deixaram o crime mensalão, petrolão e outros

Reprodução



Durante o período da ditadura militar, ocorreram diversos sequestros de diplomatas e autoridades, cujo principal objetivo era trocar os diplomatas sequestrados pela libertação de companheiros presos e exilados. Em 1969, o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, foi sequestrado no Rio de Janeiro pela ALN e pelo MR-8, e sua libertação resultou na troca por 15 presos políticos. No ano seguinte, em 1970, o cônsul japonês Nobuo Okuchi foi sequestrado em São Paulo pela VPR. Ainda em 1970, o embaixador da Alemanha, Ehrenfried von Holleben, também foi sequestrado pela mesma organização, resultando na libertação de 40 presos políticos. Nesse mesmo ano, o embaixador suíço Giovanni Bucher foi igualmente sequestrado pela VPR, o que levou à soltura de mais 70 presos.

Além disso, houve assaltos a bancos e empresas, conhecidos como "expropriações", destinados a financiar as atividades da guerrilha, a compra de armas e a manutenção de esconderijos, chamados de "aparelhos". Centenas de agências bancárias foram assaltadas, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, com destaque para as ações da ALN, liderada por Carlos Marighella, e da VPR, comandada por Carlos Lamarca. Entre os casos mais

marcantes estão o roubo do cofre de Adhemar de Barros, ocorrido em 1969 e organizado pela VAR-Palmares, que obteve cerca de 2,5 milhões de dólares — um dos maiores financiamentos da guerrilha —, e o assalto ao quartel da Polícia do Exército, em 1970, no 4º Exército em Recife, comandado por Lamarca, com o objetivo de roubar armamentos.

Também ocorreram assassinatos e atentados. Em 1968, o capitão Charles Chandler, oficial do exército dos Estados Unidos, foi morto pela ALN em São Paulo, acusado de ligação com a CIA e de apoio à repressão. Diversos atentados a bomba foram registrados contra sedes da Polícia Militar, quartéis, empresas multinacionais — como a Coca-Cola — e edifícios simbólicos da ditadura.

Outros crimes incluíram o roubo de armas, com ataques a delegacias, quartéis e carros da polícia para obtenção de armamento. Além disso, surgiram ações de guerrilha rural, como a Guerrilha do Araguaia, organizada pelo PCdoB, que tentou estabelecer focos de revolução armada no campo, enfrentando diretamente o Exército. O auge da luta armada da esquerda ocorreu entre 1968 e 1971, sendo praticamente desmantelada logo em seguida pelos órgãos de repressão. Muitos dos participantes foram pre-



chos e interrogados, enquanto outros acabaram exilados e posteriormente anistiados.

Entre os principais escândalos de corrupção associados a governos e dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT), destacam-se o Mensalão e o Petrolão (Operação Lava Jato).

O Escândalo do Mensalão, ocorrido em 2005, tratou-se de um esquema de compra de apoio político no Congresso Nacional durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O sistema funcionava por meio de pagamentos mensais a deputados aliados, visando garantir votos favoráveis a projetos do governo. Os recursos eram desviados de contratos públicos e de empréstimos bancários simulados, sendo distribuídos por operadores financeiros ligados ao partido. Entre os principais conde-

nados pelo Supremo Tribunal Federal estavam José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil), José Genoino (ex-presidente do PT), Delúbio Soares (ex-tesoureiro do partido) e Marcos Valério (operador financeiro do esquema). Em 2012, o STF condenou 25 réus por crimes como corrupção ativa, corrupção passiva, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Já o Escândalo do Petrolão, revelado pela Operação Lava Jato em 2014, foi uma investigação da Polícia Federal que expôs um grande esquema de corrupção em contratos da Petrobras. Empresas pagavam propinas para obter contratos com a estatal, e parte desses valores era direcionada a políticos e partidos. O funcionamento envolvia licitações combinadas e contratos superfaturados, dos quais parte do montante retornava em propinas. Entre os principais nomes investigados ou condenados em diferentes fases estavam Luiz Inácio Lula da Silva, Eduardo Cunha, Renan Calheiros e João Vaccari Neto (tesoureiro do PT), além de executivos de empreiteiras como Odebrecht, OAS e Camargo Corrêa. Dilma Rousseff foi citada política-

mente, mas não chegou a ser condenada na operação. O esquema movimentou bilhões de reais, com centenas de políticos citados e diversas condenações em primeira instância.

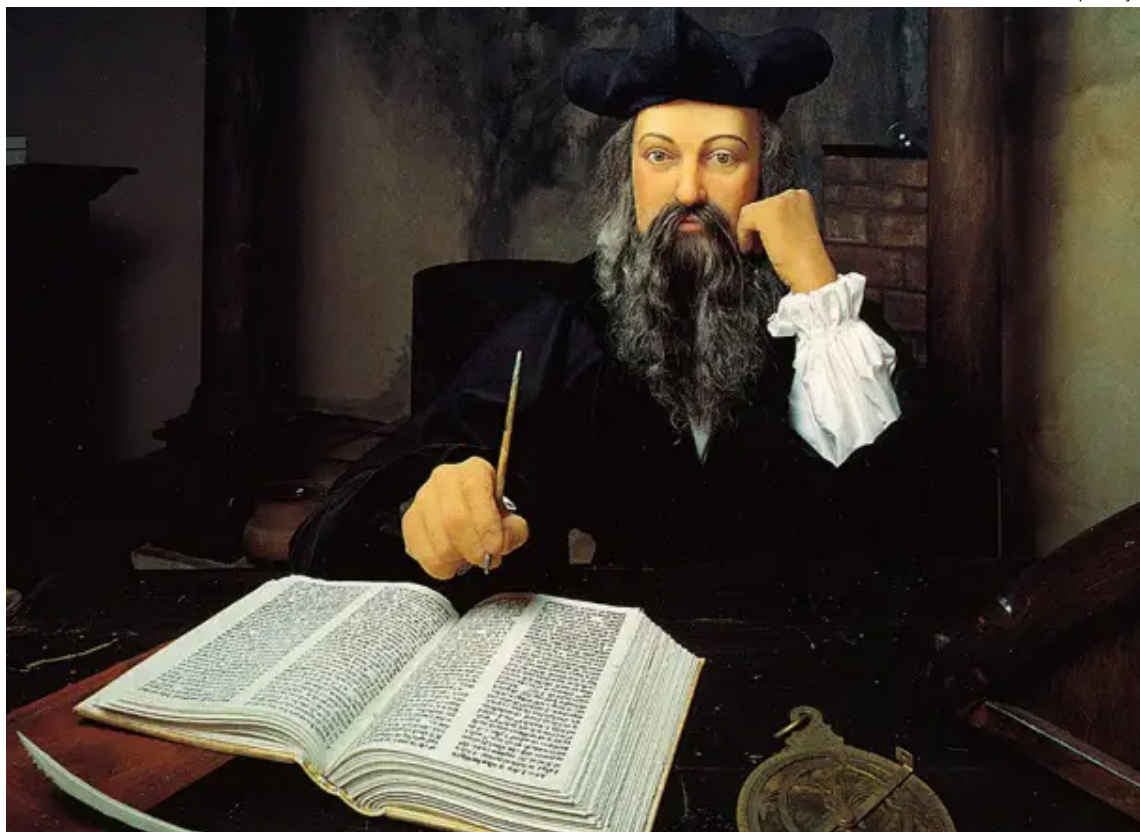
Comparando os dois casos, o Mensalão (2005) teve como característica principal o pagamento a deputados para votarem com o governo, enquanto o Petrolão/Lava Jato (2014) envolveu o pagamento de propinas em contratos da Petrobras.

Mais recentemente, entre 2025 e 2026, surgiram novas denúncias e escândalos ligados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo fraudes previdenciárias, concessões irregulares de benefícios e esquemas com servidores ou quadrilhas especializadas em burlar o sistema de aposentadorias e pensões.

Outro caso de grande repercussão foi o chamado Escândalo do Banco Master, que envolveu controvérsias e investigações relacionadas à instituição financeira presidida pelo banqueiro Daniel Vercaro. O caso ganhou destaque político e financeiro e passou a ser amplamente discutido na imprensa brasileira nos últimos anos.

Será o fim do mundo? Nostradamus acertou? Profecia sobre guerra em 2026 ganha força após conflito no Irã

Reprodução



orientais, enquanto o Irã se torna o epicentro de uma escalada que ameaça apagar a influência ocidental.

GUERRA SEM DINHEIRO: O ESGOTAMENTO DE 2026

Nostradamus também mencionou o colapso financeiro causado por batalhas intermináveis. Em um mundo que ainda lida com os custos da guerra na Ucrânia e com as tensões em Taiwan, o verso parece um alerta econômico. Ele faz referência a um “exército exaurido”, o que muitos interpretam como o desgaste militar global, e a expressão “sem dinheiro para os soldados”, associada à crise inflacionária e ao custo astronômico dos novos armamentos.

O “IMPÉRIO AQUÁTICO E O ESTREITO DE ORMUZ

Outra quadra cita grandes navios enfrentando ventos contrários e costas tomadas por sangue. Especialistas associam a previsão à militarização do Golfo Pérsico, uma rota vital de energia que hoje é o ponto mais sensível do conflito com o Irã.

COINCIDÊNCIA OU PROFECIA?

Embora historiadores alertem que a linguagem de Nostradamus é propositalmente vaga para se encaixar em qualquer época, o cenário de 2026 — com inteligência artificial, drones e mísseis — traz uma camada de realismo assustadora às metáforas do século XVI.

Para analistas de profecias, os “três fogos” simbolizam a aliança de potências orientais, enquanto o Irã se torna o epicentro de uma escalada que ameaça apagar a influência ocidental.

As tensões militares que abalam o mundo em 2026

parecem ter sido descritas há quase cinco séculos. O astrólogo francês Nostradamus, em suas profecias publicadas em 1555, deixou versos enigmáticos que intérpretes modernos afirmam ser o “mapa” dos confrontos atuais no Oriente Médio.

OS “TRÊS FOGOS DO ORIENTE E O SANGUE NO SANTUÁRIO

Um dos trechos mais compartilhados nas redes sociais fala sobre a influência de Marte (o planeta da guerra) e um aviso sombrio.

Muito antes da guerra: o Irã que já foi a poderosa Pérsia e dominou o mundo antigo; ataque conjunto deixa 201 mortos no Irã e amplia tensão no Oriente Médio; líder supremo do Irã é morto em bombardeio, diz Trump.

Para analistas de profecias, os “três fogos” simbolizam a aliança de potências

As tensões militares que abalam o mundo em 2026


PODCAST
Fé em pauta
 **feempaltapodcast**

◀ **AQUI REALIZAMOS SONHOS** ▶
 **DREAM CAR**
 Vendemos seu carro
 em 30 minutos,
Charles Abreu o maior
 vendedor de carros do Brasil

A História da Igreja Católica Messiânica do Aformalar A missão silenciosa da partilha

No ano 15 após a Ressurreição de Cristo (cerca de 48 d.C.), Jerusalém ainda vivia sob forte tensão. A lembrança de Jesus permanecia viva, mas Seus seguidores enfrentavam perseguições, desconfiança e pobreza. Entre os discípulos e suas famílias, formou-se um grupo decidido a viver a fé de maneira prática e silenciosa, sem buscar poder religioso nem posições nos templos.

Viviam unidos, compartilhando tudo o que tinham, conforme Atos 2:44-45. Vendiam bens para socorrer os necessitados, não cobravam pelo ensino nem exigiam ofertas, e não construíam templos. Chamavam esse modo de viver de Aformalar, que significava formar pessoas pela fé, pelo amor e pela partilha.

SÉCULOS I-III - A FÉ NAS CASAS

Enquanto o cristianismo crescia, o grupo do Aformalar permanecia discreto, reunindo-se em casas, campos e encontros familiares. Seu princípio era firme: a fé não se vende, a Palavra não tem preço, e a comunidade é o verdadeiro templo. Repetiam entre si o ensinamento de Atos 20:35, "Há mais felicidade em dar do que em receber".

Ajudavam viúvas, órfãos, doentes e viajantes. Sua força vinha não de estruturas, mas de vínculos de confiança e fraternidade.

SÉCULO IV - QUANDO OS TEMPLOS CRESCEM

Com o cristianismo tornando-se religião oficial do Império, ergueram-se grandes templos, e as hierarquias religiosas ganharam poder. O grupo do Aformalar seguiu outro caminho: permaneceu fiel à Igreja de Cristo, mas manteve sua prática simples, reuniões fraternas, vida comunitária, ajuda mútua e fé sem cobrança. Inspiravam-se em Provérbios 11:24-25, "Há quem dá generosamente e se torna mais rico", pois



Reprodução

acreditavam que riqueza verdadeira significava paz, união e sustento compartilhado.

IDADE MÉDIA A MISSÃO INVISÍVEL

Durante os longos séculos de guerras e crises, os praticantes do Aformalar atuaram discretamente pela Europa, Oriente Médio e Norte da África. Não fundaram reinos nem ergueram catedrais; ergueram pessoas. Foram cuidadores de enfermos, acolhedores de viajantes, protetores de famílias pobres e mediadores de paz em suas vilas. Seu lema fortalecia-se: "Partilhar não empobrece. Partilhar constrói vida."

SÉCULOS XV-XVII CRUZANDO OS OCEANOS

Com as grandes navegações, membros dessa tradição atravessaram oceanos. Eram agricultores, carpinteiros, artesãos e missionários discretos. Levavam consigo o espírito do Aformalar, formando comunidades solidárias onde ninguém passava necessidade sozinho.

SÉCULOS XVIII-XIX A FÉ SEM PLACAS

Com as revoluções e o surgimento de novas denominações, a missão manteve-se viva, mesmo sem nome oficial. Reuniam-se em casas, ajudavam coletivamente quem precisasse e ensinavam a Palavra sem comércio. Seguiam o ensinamento de Lucas 6:38, "Dai, e vos será dado...". Acreditavam que a prosperidade brotava da reciprocidade e da responsabilidade, não da acumulação egoísta.

SÉCULO XX - A REDESCOBERTA DA IDENTIDADE

Diante do mundo moderno e suas crises, a necessidade de comunidades fiéis à partilha cresceu. Grupos ligados à antiga prática do Aformalar voltaram a se reconhecer como parte de uma mesma missão espiritual. Compreenderam que seu propósito não era levantar prédios, mas construir pessoas e lares firmados na solidariedade.

27 DE NOVEMBRO DE 2020 - CHEGADA AO BRASIL COM NOME E MISSÃO

Nasce então, em terras brasileiras, o Exército Conservador Humanitário Internacional das Nações – Igreja Católica Apostólica Messiânica do Aformalar, sob o patriarcado de Dominus Evandro de Molay I, Dux Ecclesiae Catholicae Messiânicae.

Esse momento marca a continuidade de uma antiga prática, e não uma ruptura. A nova expressão mantém os princípios essenciais: ausência de templos obrigatórios, ausência de cobrança de dízimos e rejeição ao comércio da fé. O centro é a vida comunitária, sustentada pelo lema: "Quanto mais você partilha, mais prosperidade você alcança."

A partilha gera reciprocidade, fortalece vínculos sociais, promove justiça, inspira apoio mútuo e constrói estabilidade e crescimento coletivo. A verdadeira prosperidade não é apenas financeira, mas sobretudo espiritual e comunitária, uma

vida com família amparada, fé praticada, irmãos unidos e ninguém abandonado.

A MISSÃO CONTINUA

Hoje, a Igreja Católica Messiânica do Aformalar mantém viva a essência dos primeiros cristãos: "Todos os que criam vivem unidos e compartilhavam o que tinham." (Atos 2:44-45)

Essa obra não chama para uma religião de aparência, mas para um modo de vida baseado em responsabilidade, trabalho e partilha. Não somos apenas cristãos, somos seguidores de Jesus Cristo.

O EXÉRCITO CONSERVADOR DE DEUS

Fazem parte desse exército todos aqueles que aceitam Jesus como Messias e Salvador, comprometendo-se a contribuir com seu esforço para a edificação do Aformalar.

OS GUARDIÕES DE DEUS

São homens e mulheres chamados por Deus para impactar o mundo com uma visão clara de seu papel na família, na Igreja e na sociedade. Tementes a Deus, vivem para propósitos eternos e alinham suas vidas à teologia do Aformalar Divino, ajudando pessoas em todo o mundo.

A MULTIDÃO DOS OFICIAIS DE DEUS

Composta pelo discípulo patriarca, general chanceler e demais portadores do chamado, discípulos, aprendizes, padres, bispos, cavaleiros da Ordem da Cruz e da Espada, guardiões da família, oficiais, delegados, agentes e comissários nacionais e internacionais, essa multidão é formada pelos escolhidos conforme a visão de Isaías.

Os Messiânicos do Aformalar Divino constituem o exército do novo mundo e da nova aliança, que precisará, segundo sua missão espiritual, de ao menos quinhentos milhares de generais para coordenar essa transformação global.

Corrupção na política brasileira: mais de 600 políticos já perderam mandato por irregularidades eleitorais

Reprodução

Levantamentos realizados por organizações da sociedade civil e dados da Justiça Eleitoral revelam um cenário preocupante na política brasileira. Desde o início dos anos 2000, mais de 600 políticos tiveram seus mandatos cassados por corrupção eleitoral e outras irregularidades, segundo estudos do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Os números mostram que a corrupção eleitoral não é um problema isolado. Ela atinge diferentes níveis de poder e envolve diversas siglas partidárias. Prefeitos, vereadores, deputados, senadores e até governadores já perderam seus cargos após decisões da Justiça. Quando os dados são organizados por partidos, diversas legendas aparecem nas estatísticas. Entre os partidos com maior número de políticos cassados estão o Democratas (antigo PFL), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Progressistas (PP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Outras legendas também aparecem com registros de cassações, como o Partido da República (PR) — atualmente incorporado em parte ao PL —, o Cidadania (antigo PPS) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Esse cenário levanta uma questão que inquieta muitos brasileiros: como confiar nos partidos e nos políticos diante de tantos escândalos? Ao longo das últimas décadas, diversos partidos políticos tiveram líderes ou membros presos ou condenados por corrupção em diferentes investigações.

Grande parte desses casos veio à tona em operações de grande repercussão nacional, como a Operação Lava Jato, o Escândalo do Mensalão e outras investigações conduzidas pela Polícia Federal e julgadas pelo Supremo Tribunal



Federal (STF). A seguir, alguns partidos que tiveram dirigentes ou políticos presos ou condenados por corrupção.

O Partido dos Trabalhadores (PT) teve entre seus dirigentes alguns dos nomes mais conhecidos envolvidos em casos de corrupção e investigações políticas. Entre eles estão o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, o ex-presidente do partido José Genoino, o ex-tesoureiro Delúbio Soares e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi preso em 2018 no âmbito da Operação Lava Jato, embora posteriormente o processo tenha sido anulado pelo STF.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) também contou com figuras de destaque que se tornaram alvo de investigações e prisões. Entre esses nomes estão o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, preso na Lava Jato; o ex-presidente da República Michel Temer,

detido temporariamente em 2019; e o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, condenado por corrupção.

No caso do Progressistas (PP), alguns integrantes igualmente se envolveram em escândalos. O mais conhecido é o deputado federal e ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf, preso por lavagem de dinheiro. Além dele, outros parlamentares do partido também foram citados em investigações da Operação Lava Jato.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) possui entre seus casos notórios o de Roberto Jefferson, ex-deputado federal e presidente da legenda, condenado no escândalo do Mensalão e posteriormente preso em outros processos.

Já o Partido Liberal (PL) teve como figura central nas condenações o seu presidente nacional, Valdemar Costa Neto, que foi condenado no escândalo do Mensalão.

COMO VOTAR NESTA SITUAÇÃO ATUAL

Os dados mostram que a corrupção política no Brasil não se concentra em um único partido. Diversas siglas tiveram dirigentes ou membros investigados, presos ou condenados em escândalos ao longo das últimas décadas.

Os maiores casos de corrupção política revelados no país envolveram diferentes partidos ao mesmo tempo, geralmente ligados a esquemas de financiamento político ilegal, desvio de recursos públicos ou contratos irregulares com empresas.

A maioria dessas investigações foi conduzida pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e julgada pelo Supremo Tribunal Federal e outros tribunais federais. Para especialistas, o combate à corrupção depende de fiscalização permanente das instituições e da participação ativa da sociedade na cobrança por transparência e ética na política.

parência e ética na política.

Para nós, da Federação das Forças Armadas e Forças de Segurança Pública e Privada, o Brasil precisa mudar o sistema de voto e o sistema político.

Chega de ladrões na política. Hoje, a corrupção e as falcatruas parecem estar chegando até mesmo às mais altas instituições do país.

Vivemos uma visão preocupante e aterradora: pessoas que nunca cometeram crimes sendo condenadas, enquanto decisões são tomadas por autoridades sob suspeita. Generais, almirantes e cidadãos conservadores vêm sendo condenados e julgados em um ambiente de profunda desconfiança institucional.

Essa situação levanta um debate urgente sobre a necessidade de reformas profundas no sistema político e no sistema eleitoral brasileiro, para garantir mais transparência, justiça e respeito às instituições e ao povo brasileiro.